



Ata nº 10/2021

**Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de
Pessoas no Estado do Rio Grande do Sul – COMIRAT/RS**

Reunião Ordinária - Novembro/2021

Data: 04/11/2021

Local: Microsoft Teams

Presentes:

1. Alencar Portes (FGTAS/SINE Sarandi-RS)
2. Padre Anderson (CIBAI)
3. Aline Guimarães (Defensora Pública Estadual, Dirigente do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDDH - DPE/RS))
4. Angelita Pinto de Souza (Secretaria de Obras e Habitação - SOP)
5. Bibiana Campana (SJMR - Porto Alegre)
6. Carine Santos (SAS)
7. Carla Veroneze Zandoná (Secretária Municipal da Assistência Social e Habitação do Município de Frederico Westphalen - RS)
8. Daniela Rezner (SJSPS)
9. Daniele Balestro (Sec. de Assistência Social / Sarandi-RS)
10. Fernanda Brocco (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Marau)
11. Fernanda Madalosso (DRDH)
12. Geruza Maron (Assistente Social CREAS Chuí)
13. Gabriela Penna (SJSPS)
14. Gicela Timponi (Secretaria Municipal de Direitos Humanos - São Leopoldo)
15. Gisele Netto (ACNUR)
16. Giuliana Redin (Migraidh/UFSM)
17. Hector Lopez (CVBRS)
18. Ison Silva (COMPPPIR Novo Hamburgo)
19. José da Rosa (Coordenador da Coordenadoria de Promoção de Igualdade Étnico-Racial de Caxias do Sul)
20. Joice Kaefer (SSP)
21. Joseane Schunk Pinto (FMP)
22. Juliano Florczak Almeida (FGTAS)
23. Karina Valenti (SJSPS)
24. Karla Rafaela Haack (Fundação La Salle)
25. Luisivan Strelow (ERESUL)
26. Mario Fuentes Barba (UPIIRDD)
27. Neidi Ittner (Espaço Mundo)
28. Patrícia Noschang (FMH/Passo Fundo e Balcão do Migrante e Refugiado UPF)
29. Pedro Gil Weyne (AVESOL)
30. Presidência CRPD
31. Sherol Santos (SEDUC)



32. Reverendo Ramacés (COMIRAT/RG)
33. Raphaela Dorneles (GAIRE)
34. Simone Andrea Schwinn (GTARI)
35. Simone Peña (SICDHAS)
36. Susiane Mendonça de Oliveira (FGTAS)
37. Tenente Coronel Alberti (Chefe do Estado-Maior do Comando de Policiamento da Capital da Brigada Militar)
38. Valesca Ribeiro (Coordenadoria da Racial e Imigrantes de Canoas)
39. Wagner (Espaço Mundo)

Pautas:

1. Informes

a. Capacitações para servidores municipais pelo ACNUR

Conforme demanda do Comitê, Karina (SJSPS) e Gabriela (SJSPS/COMIRAT-RS), reuniram-se com Gisele e Juliana (ACNUR), para verificar a possibilidade de realizar capacitações virtuais para servidores das redes municipais do RS que atendam as populações migrante e refugiada. Levantaram-se opções de datas no fim de novembro e início de dezembro para realização destas, das 9h às 12h, pela plataforma Teams.

As capacitações ocorrerão com base no modelo de capacitações oferecidas para o estado do Paraná, com as devidas adaptações à realidade do RS. Serão debatidas questões sobre **(i)** responsabilidade do município e **(ii)** como pensar estratégias de atendimento e acolhimento aos migrantes. As capacitações são organizadas com rodadas de perguntas e respostas para interação com os servidores dos municípios.

Este ciclo de capacitações virtuais será um termômetro para avaliar a possibilidade de o ACNUR realizar um Seminário/Workshop presencial em quatro centros das regiões do Rio Grande do Sul em 2022, com demandas mais específicas. Neste caso, é necessário formalizar a proposta para a coordenadora do Escritório do ACNUR em São Paulo, a fim de incluir no planejamento financeiro de 2022. Da parte da SJSPS, será realizado mapeamento do interesse e disponibilidade de municípios para custear deslocamentos dos servidores.

Gabriela (SJSPS) informa que a SJSPS começou a fazer contato com pontos focais dos municípios para mobilizar esse interesse, inclusive já manifestando as datas de preferência. Denota a importância de, se possível, ser organizado de acordo com as regiões do estado. Questiona sobre certificado para os servidores que participarem, ao que Gisele (ACNUR) comenta que irá avaliar a possibilidade com ACNUR.

Giuliana (MIGRAIDH/UFSM) diz que em Santa Maria está estruturado um ciclo de capacitações para servidores públicos, previsto para ocorrer em dezembro, em articulação com 3 secretarias municipais estratégicas. Aventa a possibilidade de essas capacitações estarem no contexto deste curso municipal, ao que Gisele avalia como positivo.

Patrícia (Balcão do Migrante/UPF) comenta que as secretarias de Passo Fundo também já pensaram em fazer essas capacitações, mas deixaram para o ano que vem, pois as datas estavam apertadas, mas solicitam apoio do ACNUR para essas capacitações futuras.



Juliano (FGTAS) questiona se essas capacitações de Santa Maria e Passo Fundo estão abertas para a participação de servidores das agências FGTAS/Sine dos dois municípios. Patrícia e Giuliana dizem que estão abertos.

Gisele propõe nova reunião interna para novas datas e avaliar trabalho conjunto com Giuliana e Patrícia, e definir novas datas para ser trazido nas instâncias de comunicação do COMIRAT-RS em forma de divulgação, com formulário de inscrição. Bibiana (SJMR) coloca SJMR à disposição para realizar as capacitações.

b. Hector (CVBRS) informa que existem instituições que estão divulgando cursos de maquinaria pesada como gratuitos mas, ao preencher o formulário de inscrição, consta um valor de R\$150 por mês se pagar na hora, e depois vai aumentando o valor. Ele mesmo já entrou nesse curso, bem como outros migrantes. Já acionou advogados, e ressalta que devemos estar atentos. Isso não acontece só em Porto Alegre, mas também em outros municípios. Daniela (SJSPS) questiona se é online, ao que Hector responde que é presencial. Daniela pede que sejam repassadas mais informações a respeito do curso para que possa ser feita uma denúncia ao Procon.

c. Joseane (FMP) informa que esteve conversando com a Superintendência da Polícia Federal em Brasília e abriu boas portas para o diálogo com o COMIRAT-RS.

d. Mario (UPIIRDD) convida para o evento Fórum de Alto Nível, de debate e escuta sobre a imigração de indígenas warao venezuelanos. Ocorrerá no dia 10/11, das 9h30 às 17h30, na PUCRS. Vai ser disponibilizado virtual e presencialmente.

e. Karina (SJSPS) informa sobre o Grupo de Estudos em Regularização Migratória por fins Laborais, aberto a todos, gratuito, a ocorrer quinzenalmente nas terças-feiras às 19h30, que teve início nesta semana. Para inscrever-se, preencher o seguinte formulário: <https://encurtador.com.br/cjktP> ou contatar Karina.

3. Recursos do Governo Federal para municípios que participam da/são afetados pela Interiorização

Karina e Gabriela (SJSPS) realizaram reunião com representantes do Ministério da Cidadania, em Brasília. Dela, abriu-se possibilidade dos municípios que se dispõem a receber migrantes pela operação receberem apoio dos Subcomitês para Acolhimento e para Interiorização de imigrantes venezuelanos, concernentes ao Ministério da Cidadania. Aqueles que têm interesse em receber migrantes, devem escrever um ofício ao Ministério da Cidadania, informando o interesse e descrevendo as capacidades e debilidades da rede municipal local.

Além disso, os Subcomitês se dispõem a apoiar os municípios que recebem fluxos espontâneos, requerendo o envio de ofício com um diagnóstico, a situação das populações migrante e refugiada em seu município, constando o máximo de informações quantitativas possível (número aproximado de pessoas que precisa de atendimento da rede local, gênero, idade etc.). A partir deste quantitativo, o Ministério poderá encaminhar recursos para o município.



O município receberá recursos do Governo Federal se estiver atendendo pelo menos 50 pessoas. Esse recurso é para situações de emergência, pois ele é passado com base na Portaria 90 de 3 de setembro de 2013, que direciona verba para emergência e calamidade pública. Apesar deste caso se tratar de uma emergência social, poderá ser amparado nessa legislação, contanto bem avaliado e submetido à prestação de contas. O município pode, também, receber o recurso e entregá-lo para alguma entidade, observando o marco legal.

Assim, os subcomitês juntam grupos de municípios e fazem uma portaria conjunta para o repasse de recursos, discriminando o valor para cada um. A partir disso, o município tem 30 dias para fazer um plano de ação, apresentar no conselho e depois devolver o plano, para depois fazer a execução do serviço. Além disso, fornecem apoio técnico para as equipes.

Além destes recursos do Governo Federal, para alguns itens específicos pode-se recorrer ao apoio do ACNUR e da OIM, levando em conta que, até que saia o recurso federal, surgem necessidades mais urgentes de materiais ou capacitações. A Coordenadoria do SJSPP se coloca à disposição para orientações na elaboração destes ofícios.

Juliano (FGTAS) questiona se há representação da FAMURS para fazer essa articulação, ao que Karina responde que os representantes não puderam comparecer na reunião de hoje, mas a coordenadoria do Comitê já está manejando articulação com a instituição.

3. Votação dos membros convidados

Após a mobilização feita no mês passado para fortalecer a presença dos municípios de acolhida migrantes no Comitê, sobretudo para compor o Grupo de Trabalho de Incidência nas Delegacias de Migração da Polícia Federal, faz-se necessário formalizar a participação destes novos membros. Conforme e-mail enviado em outubro, os membros convidados devem manifestar interesse e indicar titular/suplente para compor o Comitê. Após aprovação, os membros serão incluídos no grupo de whatsapp e passarão a receber, periodicamente, as convocações de reuniões ordinárias e atas destas.

INSTITUIÇÃO	TITULAR	SUPLENTE
Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social de Marau	<u>Fernanda Pinheiro Brocco</u> Assistente Social (54) 99147-7766 cras@pmmarau.com.br	<u>Ataiz Cristina Martini</u> Gestora do Cadastro Único (54) 99909-5196 bolsa.familia@pmmarau.com.br
ADRA Rio Grande	<u>Cristiano de Lima Freitas</u> Coordenador Núcleo ADRA Rio Grande (53) 98409-0061 pepsi_rg@hotmail.com	<u>Mariana Souza Borges</u> Psicóloga Núcleo ADRA Rio Grande (53) 99114-8440 psicologamarianasb@gmail.com
Balcão do Migrante e Refugiado/Cátedra Sérgio	<u>Patricia Grazziotin Noschang</u>	<u>Micheli Piucco</u> Professora



Vieira de Melo/Universidade de Passo Fundo (UPF)	Coordenadora (54) 98108-2000 patriciagn@upf.br	(54) 99612-0108 michelipiucco@upf.br
Fórum de Mobilidade Humana de Passo Fundo/RS	<u>Patricia Grazziotin Noschang</u> Coordenadora (54) 98108-2000 patriciagn@upf.br	<i>a confirmar na próxima reunião colegiada no dia 04/11</i>
Espaço Mundo Esteio	<u>Neidi Ettner</u> Coordenadora (51) 98946-1371 profeneidi@gmail.com / diretoriadecidadania@educaesteio.com.br	<u>Maria Izabel Teixeira</u> Coordenadora de Direitos Humanos (51) 99972-8793 dadateixeira@gmail.com
Migraidh/UFSM	<u>Giuliana Redin</u> Professora do Departamento de Direito e PPGD/UFSM Coordenadora do Migraidh (54) 99628-9991 giulianaredin@gmail.com / migraidh@gmail.com	<u>Liliane Dutra Brignol</u> Professora do Departamento de Comunicação Social e PPGCOM/UFSM Membra e líder de linha de pesquisa do Migraidh (55) 99143-0832 lilianebrignol@gmail.com
Coordenadoria de Igualdade Racial e Migrantes - Canoas	<u>Ednea Paim</u> Secretária (51) 98949-0396 ednea.paim@canoas.rs.gov.br	<u>Valesca Teles Souto Ribeiro</u> Diretora (51) 99623-1709 valesca.ribeiro@canoas.rs.gov.br
CREAS Chuí	<u>Geruza Amarillo Maron</u> Assistente Social CREAS Chuí (53) 99938-4297 geruzamaron77@hotmail.com	<u>Patrícia Rodriguez Becerra</u> Coordenadora CREAS Chuí (53) 99907-3461 creasfronteira@gmail.com
A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Estaca Charqueadas)	<u>Roger Daniel da Silva</u> Presidente (51) 99788-1853 rogerdanielprojetos@hotmail.com	<u>Angelo Marcio Porto Saturnino</u> Membro do Quórum (51) 99578-9023 angelomarcioporto@gmail.com



Prefeitura Municipal de Pelotas e COMIRAT-Pelotas	<u>Aline Crochemore Hillal de Maicá</u> Psicóloga e Assessora Especial do Pacto Pelotas pela Paz (53) 98146-9044 aline.chm.2017@gmail.com	<u>Giorgio Ronna</u> Diretor do Theatro Sete de Abril (53) 98112-5340 giorgioronna@gmail.com
Centro de Integração e Desenvolvimento Nossa Sra das Graças (CEIDEC) Vacaria	<u>Edna dos Santos Rodrigues</u> Diretora e Coordenadora de Projetos (54) 98446-0427 ednasrp@yahoo.com.br	<u>Erivelto Wentz</u> Administrativo (54) 99197-0009 erivelto-wentz@hotmail.com
Coordenadoria de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (Prefeitura de Caxias do Sul)	<u>José Moreira da Rosa</u> Coordenador (54) 99199-3668 ciracial@caxias.rs.gov.br	<u>Bruna Roth</u> Agente Administrativo (51) 99669-7056 broth@caxias.rs.gov.br
Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) - Sarandi	<u>Daniele Balestro</u> Assistente Social (49) 99127-1244 danibalestro19.db@gmail.com	<u>Alencar Portes da Silva</u> Coordenador FGTAS Sarandi (54) 99630-1111 alencarportes@hotmail.com

Neidi (Espaço Mundo) questiona quais os deveres e direitos dos membros convidados, ao que Karina (SJSPS) responde informando que os membros que estão no Decreto têm o poder deliberativo em votações, mas nos outros âmbitos a participação pode ser a mesma: constando na lista de e-mails, no grupo de WhatsApp, podendo compor Grupos de Trabalhos (GTs) e propor pautas nas reuniões. Gabriela (SJSPS) comenta que o Decreto pode ser alterado de acordo com as demandas. Mário (UPIIRDD) propõe a atualização do Decreto, com incorporação de novos membros não só como convidados. Daniela (SJSPS) solicita que as propostas a serem trazidas em reunião sejam trazidas mais estruturadas.

4. Fórum Nacional de Comitês e Conselhos Estaduais para Migrantes e Refugiados

Daniela (SJSPS) comenta que se aventou a ideia de realizar a primeira reunião de todos os membros ainda em 2021. Portanto, também iniciamos as inscrições e subsequentes votações de conselheiros representando o COMIRAT-RS no último mês, antes da reunião do Comitê, pois teríamos menos tempo.

Gisele (ACNUR) traz a preocupação que agora há pouco tempo para comunicar e engajar os outros Comitês. Sugere que já chegássemos com opção de data em meados de



março. Daniela questiona se outros comitês têm datas fixas como o nosso, para que possamos decidir uma data que não colida com seus encontros.

Mario (UPIIRDD) questiona por que somente os comitês estaduais serão contemplados no fórum, e não os comitês municipais. Gabriela (SJSPS) responde que, para representar o comitê estadual, deve ser algum órgão do poder público estadual, o que foi explicitado em e-mail enviado anteriormente. Gisele responde que a ideia do projeto é articular com os estados, de forma mais abrangente, para que no futuro possam ser pensadas outras atividades que incluam os municípios, em instâncias mais locais. Mario denota que é a nível municipal que se encontra o reflexo mais próximo da realidade da população migrante.

Mario também solicita que conste em ata a manifestação que fez na última reunião (07/10) do Comitê, que será transposta na presente ata.

“Mário, coordenador do COMIRAT-POA e migrante, relata como ele é agradecido ao Brasil, às instituições e voluntários que o acolheram há mais de 30 anos. Em referência à fala do Henry na reunião do COMIRAT-RS, Mário discorda, pois sua posição defende que não devemos desmerecer o acolhimento no Brasil (sociedade civil e governos). Embora o Brasil tenha tido um período de suspensão da entrada de migrantes em 2020, estes nunca deixaram de entrar e as associações não deixaram de acolhê-los. Apesar de os migrantes não serem atendidos na sua totalidade de necessidades, continuam trazendo suas famílias, o que quer dizer que a realidade da migração internacional está sendo agravada. Ressalta, portanto, o esforço do governo brasileiro e das instituições parceiras do governo. Por mais que os migrantes ainda não tenham conseguido a garantia de todos os seus direitos, há dados que mostram que mais de 14 milhões de brasileiros estão desempregados (muitas vezes bastante qualificados e com formações). Realiza um agradecimento público ao governo brasileiro (municipal, estadual e federal). Critica que deve haver um esforço maior em trabalhar estratégias que venham enfrentar a dura realidade, para mitigar as dificuldades e atender às demandas de emprego, documentação e moradia. Relata que dura é a realidade dos países de origem, como a Venezuela e Bolívia, que no período de expectativa do governo de Evo Morales na Bolívia em reduzir a desigualdade social acabou não conseguindo realizar, tampouco reduzir o fluxo migratório. O Brasil oferece melhores expectativas, pois é o país do futuro.”

4.1 Nova data da primeira reunião do Fórum

Bibiana retoma a necessidade de estabelecimento de reunião inicial do Fórum, propondo as datas 15 e 16 de março, pensando nas possibilidades dos outros comitês.

Gisele sugere a seguinte data da primeira reunião nacional: 16 de março de 2022, 14h.

4.2 Resultado da votação para conselheiros

Daniela comenta sobre o adiamento da primeira reunião do Fórum e sobre o baixo quórum de inscrições e votação para conselheiros.

Assim, decide-se prorrogar o prazo de inscrições para a vaga de conselheiro do Fórum até a próxima reunião de dezembro, no seguinte link: <https://forms.gle/RynfTXHyodEEZ8bn8>.

Tendo as inscrições de conselheiros, se abrirá a votação destes até fevereiro, mediante link a ser enviado posteriormente.



Daniela sugere envio na próxima ata do documento de apresentação do Fórum Nacional, pensando na entrada de novos membros que não estavam a par do projeto.

5. Site COMIRAT/RS

A Coordenação do COMIRAT-RS conseguiu acesso ao site do Comitê (<https://sjsps.rs.gov.br/comirat>). Assim, intenciona-se que este sirva como fonte de informações, com a possibilidade de incluir novos documentos e materiais relevantes. Assim, a Coordenação abre espaço para sugestões de informações para incluir no site.

Geruza (CREAS/Chuí) propõe que o site possa ser usado para orientar a realização da documentação. Traz relato de sua ida à Polícia Federal com um migrante, e questiona que, se mesmo ela e a estagiária da Polícia Federal têm dificuldades no acesso ao sistema, como que o imigrante vai ter acesso. Comenta da burocratização e dificuldade do acesso à documentação, bem como da dificuldade no manuseio do SISCONARE.

Karina (SJSPPS) ressalta que isso pode ser trabalhado no âmbito no GT de incidência nas DELEMIGs, a ter a primeira reunião na quinta-feira da semana que vem, dia 11/11, às 14h, em que será possível compartilhar essas experiências e pensar em encaminhamentos que solucionem esses problemas em alguma medida, como cartilhas informativas e capacitação para os atendentes das DELEMIGs. Informa também da possibilidade de consulta no site do GAIRE, este que contém informações detalhadas sobre o acesso à documentação: <https://www.ufrgs.br/gaire/>. Por fim, pontua que as capacitações promovidas pelo ACNUR comentadas anteriormente também auxiliarão na capacitação de servidores que lidem com a temática da documentação.

Hector (CVBRS) coloca Cruz Vermelha à disposição para o auxílio à regularização migratória. Ressalta que sempre estão trocando os documentos necessários, e recomenda que o ideal é ligar para a Polícia Federal para confirmação.

Geruza comenta que a situação do Chuí, por ser fronteira, tem 6 mil habitantes, e destes 3 mil são migrantes, ou seja, um número expressivo. Pelo fato do CREAS focar na violação de direitos, têm a orientação de não fazer a documentação. No entanto, a Polícia Federal também não é orientada a auxiliar os migrantes com a orientação, havendo excepcionalidade neste caso por conta de se tratar de saúde mental. Relata outra questão em serviço público de saúde em que foi informado que era obrigação do migrante saber o português, pois ele que estava vindo ao Brasil. Além disso, problematiza que todos os serviços são via sistema digital, mas nem todos têm acesso à informação, ou a um aparelho celular.

Hector questiona se há na Lei a obrigatoriedade do imigrante falar português. Pontua a discricionariedade do servidor que faz essas demandas a alguns imigrantes e outros não, no caso dificultando para migrantes advindos de países pobres e racializados.

Mario (UPIRDD) ressalta que o acesso aos direitos devem ser orientados pelo diálogo e pela sensibilização, o que falta em alguns servidores públicos. Questiona como o COMIRAT-RS pode contribuir para a criação de um COMIRAT municipal no Chuí.

Angelita (SOP) diz que devemos pensar em um dispositivo que possamos acessar para contemplar a necessidade dos imigrantes. Seria importante socializar os conhecimentos de cada um, especialmente sobre a estrutura. Propõe uma pauta específica para buscar uma forma de fortalecer essa representação.



Pedro (AVESOL) diz que as maiores reclamações são sobre o atendimento da Polícia Federal, e chama atenção que os representantes da PF nunca estão presentes nos âmbitos de discussão no COMIRAT-RS: quem tem poder pra resolver essas questões nunca está aqui para responder. Por mais que alguns agentes prestem um bom serviço, ficam submetidos ao voluntarismo, que não é um direito e está sob risco a qualquer momento. O governo federal acaba empurrando para a sociedade civil, fazendo o trabalho da Polícia Federal. Critica a plataforma do GOV.BR, uma vez que servidores e migrantes fiquem submetidos a questões de informática para obter acesso. Ressalta que os formulários disponibilizados pela PF são em português, não são traduzidos: isso faz com que os usuários devam confiar nos serviços para assinar declarações e outros formulários, uma vez que não entendem o português, o que avalia como problemático. Portanto, constata que os formulários da PF deveriam ser traduzidos, sob respaldo de tratados na ONU que pontuam a necessidade dessas traduções.

Karina reforça o convite para participar do GT de Incidência das DELEMIGs, a ter a primeira reunião na quinta-feira da semana que vem, às 14h, em que poderemos pensar em práticas para todas essas inquietações aqui implementadas. Daniela (SJSPS) coloca que podemos colocar como ponto de pauta da reunião deste GT esse ponto da tradução dos formulários, bem como a formulação de cartilhas informativas.

Encaminhamentos:

1. Hector (CVBRS) enviará à Coordenação do COMIRAT-RS informações sobre o curso, que levará denúncia ao Procon.
2. Atualização do Decreto que institui o COMIRAT-RS
3. Levar a data da primeira reunião nacional - 16 de março de 2022, 14h - para os outros comitês
4. Envio, junto ao e-mail que será encaminhada esta ata, o [link](#) para formulário de inscrição para conselheiros do Fórum Nacional de Comitês e Conselhos Estaduais para Migrantes e Refugiados, bem como o projeto em anexo novamente.
5. Incluir no site do COMIRAT-RS um documento informativo para explicar como fazer os formulários da Polícia Federal.
6. Enviar atual relação de membros do comitê:
<https://docs.google.com/spreadsheets/d/17OckPyqGBdta8MIZAG6ibynVYng22qtg/e/dit?usp=sharing&oid=108381777726293242107&rtpof=true&sd=true>